

A CULTURA DO BRINCAR COMO FORMA DE INCLUSÃO SOCIAL DAS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA

Kátia Cristina Novaes Leite (APAE;TIPEMSE)
katialeite.ba@gmail.com

1 – INTRODUÇÃO

Brincar é um direito assegurado a qualquer criança com ou sem deficiência, direito que converge na possibilidade de expressar-se como criança com deficiência, ter a sua disposição brinquedos adequados a crianças com deficiência e não objetos que acentuem suas diferenças. Afinal, brincando com igualdade de oportunidades, envolvendo-se no lúdico, crianças com e sem deficiência juntas se descobrem iguais nos direitos e beneficentemente diferentes em suas condições, físicas, sensoriais e intelectuais.

No entanto, nem sempre as crianças deficientes participam das brincadeiras propostas na escola ou mesmo fora dela, quer seja por não conseguirem manusear os brinquedos, por não terem acesso aos mesmos ou porque tais brincadeiras não são pensados para alcançar a todos os tipos de crianças e suas singularidades. Para atender a essa demanda é que o grupo de pesquisa em Tecnologia, Inovação pedagógica e Mobilização Social pela Educação – TIPEMSE - da Universidade Estadual da Bahia (UNEB) que atua junto ao Ministério de Educação (MEC) e a Câmara de Prevenção Social (CPS) desenvolvendo ações de Mobilização Social pela Educação (MSE) em cidades do interior e da capital do estado uniu-se a APAE de Jacobina na socialização de brinquedos produzidos na instituição com objetivos socializar a discussão em busca de um brincar acessível, levando em conta as experiências das instituições que durante anos atenderam e atendem crianças com diversos tipos de deficiências e necessidades atípicas.

A Mobilização Social pela Educação é uma convocação realizada pelo MEC a toda a sociedade brasileira para realização de um trabalho voluntário em prol da melhoria da qualidade da nossa educação. Para tanto, em 2008 foi estabelecido o Plano de Mobilização Social pela Educação - (PMSE) que estabelece a estratégia de ação, o objetivo e as diretrizes para a implantação da mobilização nas comunidades. O PMSE tem como fundamentos “os direitos humanos, a cidadania, a ética, a solidariedade, a inclusão e a tolerância (PMSE, 2008, p. 01)”. A partir da estratégia de ação apresentada e dos fundamentos estabelecidos no PMSE cada comunidade deve estabelecer o seu plano de ação específico, levando em consideração as particularidades de cada localidade.

A Estratégia de Ação apresenta três pontos fundamentais: Diretrizes, Atividades e Sugestões de Implementação. A partir dela, cada voluntário (instituições ou pessoas) deve montar seu próprio Plano de Ação contendo outros itens como agentes mobilizadores, público a ser mobilizado, oportunidades de onde e quando trabalhar determinada atividade, recursos necessários, metas e prazos (PMSE, 2008, p.2).

O PMSE tem como fundamentos “os direitos humanos, a cidadania, a ética, a solidariedade, a inclusão e a tolerância (PMSE, 2008, p. 01)”. Nesse sentido a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) preconiza no seu artigo XXVI:

1. Toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A

instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito. 2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. 3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos.

Sob esse viés de respeito e garantia dos direitos humanos entendemos que é preciso que os mobilizadores possuam olhar diferenciado, que atentem para a pluralidade de mundos que convivem na sociedade e dentro das escolas, tendo em vista que cada ser humano é único e está inserido em um contexto específico, que o aproxima e o diferencia dos demais. Por isso, estar atento às diferenças é imprescindível para que os mobilizadores consigam atrair pessoas dispostas a trabalhar garantindo e efetivando os mais elementares direitos.

Mesmo com todo o conhecimento que já foi produzido sobre essa necessidade e esse direito da criança poder brincar, ainda incomoda-nos o fato de que em pleno século XXI, e de toda a conclamação pela Sociedade Inclusiva, as crianças com deficiência fiquem de fora da maioria das brincadeiras propostas pelas escolas regulares, com essa ação conjunta APAE/TIPEMSE buscamos contribuir para a diminuição dessa lacuna sobre o pensamento do brincar para a criança com deficiência.

2 - OFICINA BRINCAR PARA TODOS - TRABALHANDO A CULTURA DO BRINCAR INCLUSIVO

Brincar faz parte do imaginário e da cultura infantil, pensando cultura algo peculiar, relativo às atividades humanas, produções, formas de expressão, comportamentos e instituições sociais gerados, processados e formatados por um tempo particular conforme preconiza Mouritzen (1998). Entre tantas propriedades do brincar e do brinquedo, podemos destacar que a mais importante delas é a possibilidade de através da experiência desse brincar, construir-se mundos. Essa construção dar-se através das propriedades permitidas pelo brinquedo de facilitar e naturalizar a expressão mesmo para quem tem dificuldade em verbalizar seus desejos, possibilidades, realizações. Na escolha dos brinquedos, as crianças não levam em conta a aparência de luxo, o requinte tecnológico ou o preço, o que exerce influência sobre as crianças é o encantamento produzido pelo brinquedo, esse encantamento dar-se pelo movimento que é produzido, pelas diversas possibilidades de utilização, de motivar brincadeiras e de interagir entre elas que leva à estimulação sensorial causadora do prazer traduzido no sorriso e na satisfação de quem brinca.

O brincar infantil não pode ser considerado apenas uma brincadeira superficial, sem nenhum valor, pois, no verdadeiro e profundo brincar, acordam, despertam e vivem forças de fantasias que, por sua vez, chegam a ter uma ação direta sobre a formação e sobre a estruturação do pensamento da criança. Esse processo natural e sadio de se processar a inteligência não é possível, quando as crianças não realizam ou não conseguem mais o verdadeiro brincar. (ROJAS. 2007, p. 18)

Nesse sentido uma simples bola, assume o papel de ser mais que um objeto em jogo, ela torna-se uma parceira de vida, manipulada, sentida e transformada por fim em objeto de desejo, para experimentação plena e ampla das suas possibilidades, pois tão sério quanto o trabalho é para o adulto brincar e jogar o são para as crianças. Brincar e jogar oferecem a criança o aprendizado de que ao perder o jogo, o mundo continua funcionando, a frustração momentânea do perder é um sentimento que irá nos acompanhar pela vida. Brincar ratifica esse aprendizado.

KISHIMOTO(2001) nos provoca com a seguinte a afirmação:

É brincando que se aprende o brincar. É jogando que se aprendem as regras do jogo. Enquanto o popular caracteriza-se pela geografia, diversidade espacial, que influencia a forma de objetos, materiais e artesanato, o tradicional, pela temporalidade, incluindo partes de canções, poemas, contos, práticas em desuso de adultos, que se tornam continua e persistentemente objetos do brincar infantil. KISHIMOTO(2001, p. 34)

A brincadeira, nessa perspectiva poderá representar para a criança a possibilidade de solução de impasses que começam no brincar e se refletem na vida. O impasse causa a necessidade de ação, desencadeando uma serie de conexões e relações. Dessa forma e mediante o brincar, a criança se projeta nas atividades pertinentes à vida adulta, procurando a coerência com os papéis, encontrando do faz-de-conta condições para experimentação e futuramente o desenvolvimento de capacidades e habilidades, ampliadoras do conhecimento de mundo que possuem e carecem para viver em harmonia com o outro. Crianças com deficiência e seus impasses de vida e crianças sem deficiência nas descobertas das singularidades das crianças com deficiência. Encontrando impasses juntas e juntas resolvendo esses impasses.

John Huizinga (1993) chamou de *Homo ludens* o homem que brinca, homem que se diverte, em referência às outras caracterizações de homem em determinados períodos da história da humanidade: *Homo sapiens* – homem que pensa, projeta e *Homo faber* – homem que trabalha, relacionando essa condição ao labor. Para Huizinga (1993), pensando dessa forma, a nossa capacidade de jogar e a possibilidade dessa ação jogar/brincar é tão importante para a espécie humana quanto o raciocínio e a construção de objetos.

Ainda Huizinga (1993) analisa o significado do brincar e do jogar, considerando-os aspectos relativos de nossa imaginação da realidade, que nos abstraem para a fantasia. Para o autor, o aspecto lúdico está presente não só no jogo como também na música, na dança, na poesia, nas artes plásticas, assim como na linguagem humana, apontando-a como potencialidade para brincar com as palavras e construir a partir delas. Chama-nos a atenção para o fato de que a linguagem, uma expressão abstrata, constitui um jogo verbal com as quais o homem dá expressão à vida, criando e recriando o mundo ao seu redor.

Vygotsky e Leontiev (1988) sinalizam que as atividades lúdicas, jogos e brincadeiras não se limitam unicamente ao prazer, pois a imaginação necessária para manter as atividades, as regras necessárias à condução de um jogo são características que servem para definir a brincadeira e o jogo, mesmo que a lógica estabelecida pela situação dessas atividades não seja formal. Mara Siaulys (2005) chama a nossa atenção para o fato de que

...a brincadeira é a vida da criança e uma forma gostosa para ela movimentar-se e ser independente. Brincando, a criança desenvolve os sentidos, adquire habilidades para usar as mãos e o corpo, reconhece objetos e suas características, textura, forma, tamanho, cor e som. Brincando, a criança entra em contato com o

ambiente, relaciona-se com o outro, desenvolve o físico, a mente, a auto-estima, a afetividade, torna-se ativa e curiosa.(SIAULYS. 2005, p. 10)

Apesar do brincar ser um direito garantido a toda e qualquer criança nos documentos mais importantes de nosso país, a Convenção sobre os Direitos da Criança, de 1989, a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente, a escola e os ambientes de convivência comunitária e coletiva ainda estão distantes de atender a esse direito tão peculiar à infância e, mesmo com todo o conhecimento que já foi produzido sobre essa necessidade e esse direito da criança poder brincar, ainda incomoda-nos o fato de que em pleno século XXI, e de toda a conclamação pela Sociedade Inclusiva, as crianças com deficiência fiquem de fora da maioria das brincadeiras propostas pelas escolas regulares.

Pensando no brincar para todos é que nos propomos a descobrir juntos de que forma os brinquedos podem nos unir não transformando diferenças em desigualdades. Essa é a proposta da Oficina Brincar para Todos, oferecida nas Ações de Mobilização Social pela Educação que possibilitou aos participantes refletir sobre como todas as crianças independente da condição física ou intelectual, podem brincar juntas. Como afinal brincar de forma inclusiva e as possibilidades desse brincar utilizando brinquedos acessíveis, evocando Vygotsky no entendimento de que “o mundo não é visto simplesmente com cor e forma, mas também como um mundo com sentido e significado”. (1991, p. 37)

A questão inicial levantada na Oficina e que desperta a reflexão do grupo é se o nosso brincar serve para todos, se quando planejamos o brincar na escola vislumbramos um brincar onde ninguém fique de fora. Ao concluir negativamente essa questão inicial, evocando os espaços e suas barreiras, o tipo de brincadeira que geralmente é proposta, encaramos o desafio de criar outras possibilidades de promover a inclusão através da brincadeira, algo tão natural à criança de acordo com Almeida e Tavares (2009, p. 164-165)

O brincar desenvolve a imaginação, estimula a atividade motora, faz criar cumplicidade entre aqueles que jogam e dançam juntos favorecendo a socialização, independente de seus graus de habilidades/capacidades e das necessidades educacionais especiais. O brincar é indispensável para o desenvolvimento do potencial de todas as crianças. É brincando que a criança experimenta situações e emoções da sua realidade. (ALMEIDA e TAVARES, 2009, P.164-165)

Foram apresentados na Oficina Brincar para Todos e estão disponíveis para socialização por escolas e quaisquer instituições educativas interessadas três brinquedos não industrializados, com possibilidade de confecção por qualquer professor e possibilidades de adaptação às mais variadas necessidades de quem brinca, nesse caso crianças com diversos tipos de deficiências, sejam elas físicas, sensoriais ou intelectuais. Sejam cegos, surdos, crianças com deficiências físicas ou amputações.

Chamamos o primeiro brinquedo de Caixa Multiuso. Uma caixa retangular com dimensões de 30x60, forrada de forma criativa com apenas um ou dois orifícios por onde as mãos das crianças alcançam seu interior para a manipulação de objetos introduzidos pelo professor, previamente separados por categorias ou não, a depender do objetivo de utilização da caixa na atividade proposta ou no objetivo de aprendizagem planejado pelo professor para um aluno ou grupo.

O sentimento de surpresa é o maior atrativo da caixa, apesar da apresentação previa dos elementos inseridos, suas características e usos. Fica para a criança a pergunta e a expectativa do inesperado, alimentado pelo fértil imaginário infantil. A “formalização” do saber com a caixa pode se dar de várias maneiras: através de pranchas de figuras, números, letras, texturas, painel sonoro ou simplesmente a mímica. Conseguir, ser vitorioso em uma atividade de forma efetiva, com suas capacidades reveladas supera qualquer limitação e é o elemento impulsionador de novas conquistas, estimulando o ato de arriscar-se comungando com Sutton-Smith (1986) que nos afirma que o brincar, enquanto fruto de uma construção social, assume característica principal de ser ato binário, paradoxal, opondo-se, por exemplo a liberdade e o controle, admitindo porém, a importância de deixar a criança expressar seus desejos limitando o controle adulto.

A caixa possui apenas um orifício, evitando constranger os utilizadores que dispõem apenas de uma mão ou um pé controláveis por si.

O segundo brinquedo trabalhado é a Corda Mágica, um pedaço de elástico de 3m, revestido com tecidos coloridos e arrematados nas pontas de forma a tornar-se um círculo ou o que permitir a imaginação infantil: trenzinho, carro, elástico, castelo, fronte...

A criação de uma situação imaginária não é algo fortuito na vida da criança; pelo contrário, é a primeira manifestação da emancipação da criança em relação às restrições situacionais. O primeiro paradoxo contido no brinquedo é que a criança opera com um significado alienado em uma situação real. O segundo é que, no brinquedo, a criança segue o caminho do menor esforço – ela faz o que mais gosta de fazer, porque o brinquedo está unido ao prazer – e, ao mesmo tempo, ela aprende a seguir os caminhos mais difíceis, subordinando-se às regras e, por conseguinte, renunciando ao que ela quer, uma vez que a sujeição a regras e a renúncia à ação impulsiva constitui o caminho para o prazer no brinquedo. (VYGOTSKY, 1991, p.113)

O uso da Corda Mágica oferece à criança uma série de possibilidades de criação, estimulando a imaginação e ao professor uma série enorme de possibilidades de uso, pois a mesma favorece todas as áreas de desenvolvimento das crianças de todas as idades e suas necessidades. O desenvolvimento social, o emocional, o motor, a linguagem e o desenvolvimento cognitivo são amplamente privilegiados, estimulando a aprendizagem ativa através da cooperação, a atenção e a concentração requeridas pelo movimento constante e desafiador, o que é necessário a qualquer criança não só as que possuem deficiências.

Outro objetivo importante da Corda Mágica é o desenvolvimento das habilidades sociais através da solicitação cadenciada das trocas de turno na fala e habilidades, além de trabalhar fornecendo informações sensoriais para as articulações e músculos, uma necessidade das crianças que tem deficiências físicas. Falar enquanto brinca possibilitando que espontaneamente a criança use sua capacidade de separar o significado do objeto sem saber que o está fazendo, sem parecer algo sofrido ou obrigatório. Da mesma forma que ela não sabe formalmente que está fazendo uso da linguagem em prosa e, no entanto, fala, sem prestar atenção às palavras, desvendando sentimentos, dando ao professor pistas por onde seguir na mediação do brincar e dos demais aprendizados. Por meio do brinquedo, é possibilitado a crianças atingir a criança uma definição funcional de conceitos e objetos e, “assim, as palavras passam a se tornar parte de algo concreto. A ação da criança, no momento do brincar, é o ponto de partida para o desenvolvimento de suas capacidades.” (ROJAS. 2007, p. 26)

O brinquedo favorece o uso em pé, sentado ou deitado, possui alças que podem ser usadas por quem usa as mãos, pés ou precisa de encaixes por não dominar os membros inferiores ou superiores, no caso de crianças com paralisia cerebral ou outras deficiências físicas.

Por fim foi trabalhado o Lençol Colorido, um composto de triângulos de várias cores formando um octógono, com adaptações nas pontas para favorecer a participação de alunos com os mais diversos tipos de deficiências na mesma proposta da Corda Mágica: todos podem fazer uso sem restrições.

O lençol é utilizado para a brincadeiras com bolas de vários de tipos com o objetivo de máxima diversão e movimento sem deixar a bola cair. As bolas são enriquecidas com guizos para favorecer o uso de alunos com deficiência visual e com texturas para os demais alunos com outras deficiências ou não.

Segundo Winnicott (1975, p. 73)

[...] O ato de brincar é mais que a simples satisfação de desejos. O brincar é o fazer em si, um fazer que requeira tempo e espaço próprios; um fazer que se constitui de experiências culturais, que é universal e próprio da saúde, porque facilita o crescimento, conduz aos relacionamentos grupais, podendo ser uma forma de comunicação consigo mesmo e com os outros. (WINNICOTT, 1975, p. 73)

Com essa intenção, todos os brinquedos trabalhados na Oficina, apresentados para uso criativo do professor e das famílias tem a possibilidade de serem transformados em diversas brincadeiras divertidas, inclusive cantadas, aumentando ainda mais o prazer proporcionado e o envolvimento do grupo que ao integrar-se brincando, conseqüentemente inclui.

O brincar infantil constitui a forma básica mais importante e decisiva do ser humano, por fazer desabrocharem e ativarem as forças criativas da criança. Todo educador precisa estar consciente dos malefícios dos brinquedos industriais, produzidos em série, de gosto pouco duvidoso, e que não atendem às necessidades de descoberta da criança. A maioria deles se apresenta de tal forma que a força da fantasia da criança não encontra alimento para dar vazão à imaginação, às construções simbólicas próprias da criança, pois não há nada a completar, a imaginar, a projetar sobre esses brinquedos. (ROJAS. 2007, p. 19)

Ao envolver-se na educação e, portanto conscientes das singularidades das aprendizagens de cada aluno o professor envolve-se também na tarefa de planejar o que será efetivamente usado por esse aluno. As descobertas exitosas passam a ser desejos de compartilhamento. Esse compartilhamento de experiências e êxitos dialoga com a interculturalidade proposta por Kincheloe (1999), quando este afirma que quando nos propomos a compartilhar a cultura com outros, aprendem-se e ensinam-se brincadeiras nas quais se utilizam habilidades, cooperação, interação.

A interação entre quem brinca e suas culturas diversas, não pretende simplesmente a apropriação e a integração das brincadeiras, com a perda das especificidades culturais e sim uma convergência enriquecedora. Divulgar e estimular variantes das brincadeiras evita práticas de dominação. Conhecer as diferentes formas de brincar e especificar as regras de uso para cada cultura é respeitar o outro, a cultura original e abrir-se às possibilidades que democratizam o brincar para todos, direito da criança objetivo de quem educa para a diversidade.

3 – CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

A aproximação entre as crianças a partir de um brincar pensado para todos representa o fortalecimento do que há de mais importante para o ser humano, a convivência pacífica que nascerá da inclusão pensada desde a tenra idade, nas atividades que envolverão o prazer oriundo do lúdico, inerente a todo ser humano. Brincando a criança funciona com significados desligados dos objetos e ações aos quais estão habitualmente vinculados, deixar vir à tona a essência do infantil, atualmente tão mascarada pelas demandas sociais que invertem valores e instauram desejos que nem sempre se configuram reais. Ao brincar, a criança deixa emergir os elementos mais significativos para ela no momento, sejam afetivos, emocionais, sejam sociais. Ela compartilha, provoca e é tocada por sentimentos.

Com deficiência ou não toda criança brinca, fantasia, se diverte e dessa forma se fortalece. A experiência nos mostra que a dificuldade em conviver encontra-se no adulto, cheio de estereótipos forjados ao longo da trajetória de exclusão e invisibilidade a que foram fadadas as pessoas com deficiência ao longo da história de nossa sociedade.

As atividades lúdicas pensadas numa perspectiva representam a possibilidade de um brincar que não exclui, ao contrário disso, une valorizando diferenças individuais e promovendo sentimentos de cumplicidade e boa auto-estima, o que acarreta segurança, prazer, curiosidade e incentiva a construção de conhecimentos de si e do outro, fortalecendo a idéia de que a diferença é nosso maior patrimônio social. Nessa perspectiva, o brincar promove interação entre os participantes e os ajustamentos necessários às práticas culturais de cada sujeito envolvido na brincadeira desencadeando nos respeito às diferenças.

Em relação aos professores a oficina vem suprir a necessidade de saber como fazer. Existe uma vontade dos professores em trabalhar de forma inclusiva na mesma medida que existe também as inseguranças frente ao novo. Como falar, como agir, como planejar a ação educativa que uma criança, independente de suas condições físicas, intelectuais ou sensoriais. A possibilidade de inserir o lúdico e sua linguagem universal é um atrativo que certamente dará segurança ao professor no processo de ousar incluir, bem como aos demais profissionais envolvidos na educação de crianças e seus pais. A oficina nos permite entender a realidade que começa com o lúdico algo flexível e prazeroso, além de interdisciplinar. Uma pequena, porém importante iniciativa de mudar um contexto de exclusão com atitudes mais abertas, menos mecanizadas e menos técnicas, ousadas e criativas, que requerem a reflexão de teorias e a aceitação saudável de que estamos sempre aprendendo quando dispostos a compartilhar e aprender num coletivo direcionado ao bem estar de todos: alunos e professores.

Diante da tentativa de incluir as pessoas com deficiência em escolas regulares, urge a necessidade de ampliar a discussão a respeito de um olhar mais atento e preciso nos detalhes que permeiam e são responsáveis por efetivar esse processo de inclusão. Nele é imprescindível perceber a importância de garantir um dos direitos básicos de todo e qualquer ser humano, que por vezes é esquecido ou ignorado, o direito de brincar. O lazer, por vezes mal compreendido, está longe de ser apenas mero divertimento, pois o acesso a ele indica plenitude de vida. Quando perdemos o direito ao lazer vivemos como robôs e perdemos a nossa essência lúdica que compõe cada indivíduo. Dessa forma, não podemos falar em inclusão efetiva se as crianças com deficiência não tem acesso ao lazer, à cultura lúdica peculiar à infância.

Em virtude dessa necessidade de garantir o direito humano de convivência pacífica e plena em sociedade e partindo do pressuposto de que a escola deve preparar os indivíduos para isso entendemos que a Oficina Brincar para Todos inserida em ações de MSE possui um potencial reflexivo e mobilizador importante. Tendo em vista que através do ensino do como

fazer subsidia e mobiliza professores, que compõe o público alvo dessas ações, no trabalho diário de incluir as pessoas com deficiência. Pois embora elas já tenham conquistado o seu direito a acesso e a inclusão ainda há muito a ser feito para que esse direito seja efetivado.

No caso específico da escola começamos por garantir a cultura do brincar para todos, sem limites físicos, atitudinais ou sensoriais, entendendo que a criança que é o ser humano é movida por desejos, emoções resultados de suas vivências, ações e operações, que sejam elas afirmativas, marcadas pela conquista mais que justa que é estar contemplado na educação pensada para todos.

REFERENCIAL TEÓRICO

ALMEIDA, Clarita Claupero; TAVARES, Helenice, Maria. O brincar da criança com deficiência. Revista da Católica, Uberlândia, v. 1, n. 2, p. 159-168, 2009. Disponível em: <<http://catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosv1n2/13-PEDAGOGIA-02.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2014.

BRASIL. Constituição Federal. Brasília/DF, 1988.

_____. Lei n.º 8069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

_____. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

_____. Plano de Mobilização Social pela Educação, 2008, MEC.

CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA A PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA, 1999, GUATEMALA.

CUNHA, Nylse. INSTITUTO INDIANÓPOLIS (Org). Curso Preparação de Brinquedistas e Organização de Brinquedotecas. São Paulo: Instituto Indianópolis. 2011. p. 18-22.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DE DIREITOS HUMANOS, GENEBRA, 1948.

HUIZINGA, J. *Homo ludens*. São Paulo: Perspectiva, 1993. disponível em: http://jnsilva.ludicum.org/Huizinga_HomoLudens.pdf

MOURITSEN, Fleming. Child Culture – Play Culture. Denmark: Department of Contemporary Cultural Studies, 1998.

KISHIMOTO, Tizuko. Jogo, brinquedo, brincadeira e educação. São Paulo: Cortez, 2001.

ONU, CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, NY, 2006.

RESENDE. Ana Paula. C. de. VITAL. Flávia Maria de Paiva. A convenção sobre o direito das pessoas com deficiência: Versão Comentada. Brasília: CORDE, 2008.

ROJAS, Jucimara. Jogos, brinquedos e brincadeiras: a linguagem lúdica formativa na cultura da criança. Campo Grande: UFMS, 2007.

SIAULYS, Mara O. de Campos. Brincar para todos. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

SELAU, Bento. Brincar na educação inclusiva. La salle: Revista de Educação, Ciência e Cultura. RS, ano 1, v. 14, p.129-142. jan./jun. 2009.

SUTTON-SMITH, Brian. The spirit of play. In: Review of research, volume 4. Greta Frein, Mary Rivkin, 1986, p.3-15.

VYGOTSKY, Lev; LURIA, Alexander; LEONTIEV, Alexei. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone, 1988.

WINNICOT, D.W. O Brincar e a Realidade. Rio de Janeiro: Imago, 1975.